

**Uma questão de coerência:
os dilemas da cooperação
internacional para o
desenvolvimento.
O caso de Portugal**
Jessica Alexandra Santos

Resumo

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem sofrido grandes alterações nos últimos dez anos. O aparecimento de novos actores, novas modalidades de ajuda e novas abordagens do conceito de desenvolvimento têm contribuído para essas alterações. No entanto, estas mudanças tornaram evidentes velhas e novas contradições da CID que têm posto em causa todo um novo consenso internacional em torno da questão da sua eficácia no combate à pobreza. Parece ser claro que dificilmente se conseguirão atingir os ODM e as metas de Monterrey, o que leva a uma maior preocupação em utilizar bem os fundos disponíveis e melhorar a eficácia da ajuda concedida. O futuro da ajuda depende, não só da sua eficácia na contribuição para o desenvolvimento, mas também da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), elemento importante para influenciar esses mesmos resultados.

Esta comunicação tem como finalidade tentar perceber a importância da questão da CPD como uma necessidade para se continuar a prosseguir com os ODM. Outros objectivos são: identificar as principais linhas orientadoras da actual CID, as suas principais características e contradições actuais; analisar o conceito de CPD e os obstáculos à sua concretização; analisar a estrutura da cooperação portuguesa para os seus principais países parceiros, ou seja, países africanos de língua oficial portuguesa e situar a política de ajuda portuguesa em relação às actuais contradições da política de ajuda internacional.

Introdução

A presente comunicação tem como finalidade dar a conhecer as principais conclusões do trabalho de investigação realizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, cujo título é: “Uma questão de coerência: os dilemas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O caso de Portugal”. Este trabalho teve como principal objectivo tentar perceber a importância da questão da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) como uma necessidade para se continuar a prosseguir com os objectivos de um desenvolvimento mais justo e global.

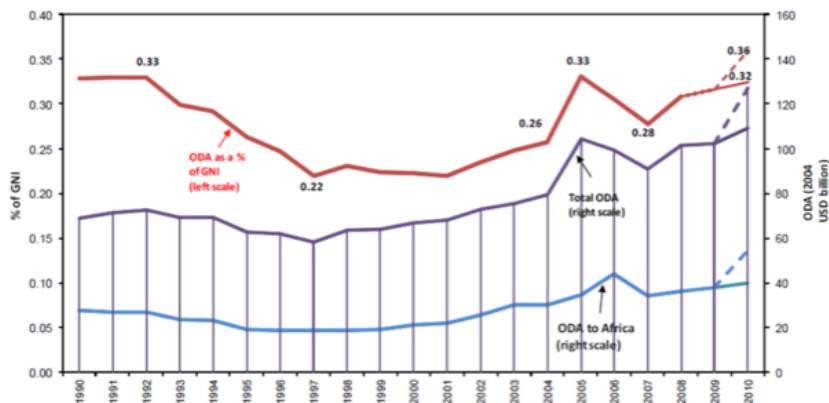
Mais especificamente, os seus principais objectivos foram: identificar as linhas orientadoras da actual política de cooperação internacional para o desenvolvimento, dando ênfase às suas principais características e contradições actuais, detectando os constrangimentos à eficácia da ajuda tanto no doador como no receptor; analisar o conceito de CPD, os obstáculos à sua concretização e as formas de a promover; analisar a estrutura da cooperação portuguesa para os seus principais países parceiros, ou seja, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e situar a política de ajuda portuguesa em relação às actuais contradições da política de ajuda internacional, tendo em conta os compromissos traçados e a prática em curso na sua política externa de cooperação.

1. A actual arquitectura da ajuda: principais características e contradições

Desde o final da Guerra-fria, no início dos anos 90, até aos nossos dias, muitas foram as alterações que ocorreram na política de ajuda ao desenvolvimento. O Consenso de Washington deixou de servir como base à orientação político-ideológica da ajuda internacional, sendo substituído pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), dando um novo impulso à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Os ODM reintroduziram na agenda internacional a questão da redução da pobreza e do desenvolvimento humano, assim como a necessidade de uma parceria global para o desenvolvimento. Passada uma década após a sua aprovação, os ODM continuam a ser o maior consenso internacional alcançado entre todos os actores do desenvolvimento. Os ODM e a lógica subjacente à meta-narrativa têm-se afirmado, assim, como um novo consenso internacional, mas que contém algumas fragilidades. A cinco anos de atingirmos o limite temporal para a concretização destes objectivos (2015), a comunidade reconhece que dificilmente se conseguirá a concretização das metas estabelecidas para a maioria dos países em desenvolvimento, bem como atingir o volume de ajuda necessário para a sua realização. Só com uma convergência de esforços – que incluem a quantidade, a eficácia e a coerência da ajuda ao desenvolvimento – se pode aspirar a que o progresso para a obtenção dos ODM seja efectivamente acelerado nos próximos cinco anos.

Em relação à quantidade, o Consenso de Monterrey foi claro sobre a necessidade de um maior empenho dos doadores no aumento do volume dos fluxos financeiros e na procura de novas fontes de financiamento e investimento para os países em desenvolvimento. Estimulou, igualmente, os doadores a trabalharem no sentido da eliminação das restrições comerciais e da redução da dívida. No entanto, a realidade da ajuda tem mostrado, que apesar dos aumentos em APD que se têm registado, este representou apenas 0,32% do RNB dos países desenvolvidos em 2010, muito longe dos 0,70% de 2015. A respeito das relações comerciais, o final da Ronda de Doha continua uma incógnita.

Figura 1 – APD líquida, 1990-2010



Fonte: OCDE, 2011

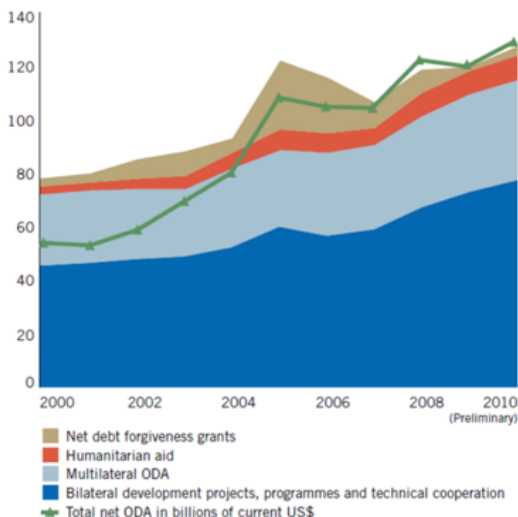
Quanto à questão da eficácia, a Declaração de Paris (2005) e a Agenda de Acção de Acra (2008) reconheceram a necessidade para aumentar a coordenação da ajuda entre os doadores, promover o seu alinhamento com as necessidades dos países parceiros os seus impactos no desenvolvimento e dar aos países parceiros a liderança do seu próprio processo de desenvolvimento, sempre numa lógica de responsabilidade mútua e gestão para os resultados. Estas pretensões deparam-se, novamente, com uma realidade diferente. Existem, actualmente, um conjunto de características da CID que têm posto em causa a eficácia da ajuda. Estas podem ser encontradas tanto na perspectiva do doador, como na do receptor. Na primeira, deparamo-nos com: a) uma proliferação de doadores¹ e actores de implementação da cooperação²; b) uma grande fragmentação de fluxos financeiros, de programas e projectos, que por vezes fornecem competências e serviços idênticos, e dos fundos globais (Figura 2); e c) uma ajuda moldada por interesses de política externa, o que tornam difícil

1 O alargamento da União Europeia em mais doze Estados, que os obriga a criar os seus próprios programas de ajuda como condição de membro; o papel dos quatro países dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), que têm investido significativos recursos na redução da pobreza internacional; o aparecimento de uma terceira vaga de actores do desenvolvimento, os CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietname, Egipto, Turquia e África do Sul).

2 Cerca de 150 agências multilaterais, incluindo as agências do sistema das NU, as instituições financeiras globais e regionais; 33 agências bilaterais que são membros do CAD/OCDE, e pelo menos 10 agências que não pertencem a membros do CAD a fornecerem consideráveis fluxos de APD, para além da proliferação de novos actores e o crescente número de fundos globais que os países recebem.

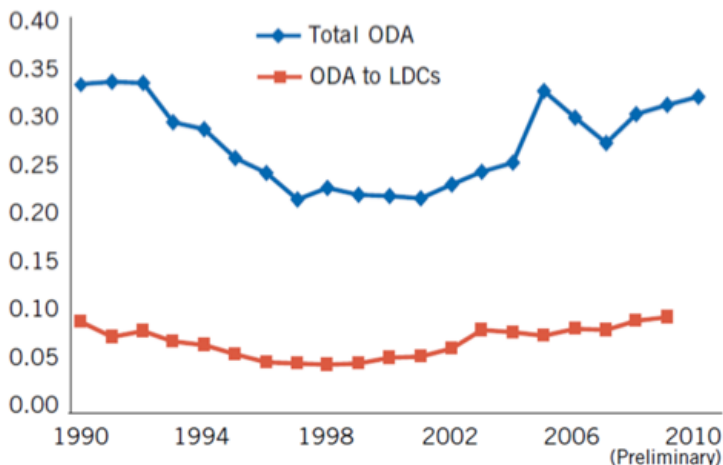
a coordenação entre doadores, a absorção dos fluxos pelos receptores e a sua previsibilidade. Seja com intuito humanitário ou de promoção do desenvolvimento, a ajuda deve ser concedida àqueles que dela necessitam (Riddell, 2007: 358). No entanto, nem sempre são estes os motivos que influenciam a concessão da Ajuda. Os fluxos oficiais da ajuda canalizados para os países mais pobres têm sido muito abaixo de metade dos fluxos totais (Figura 3). As prioridades acordadas internacionalmente para alocações de APD não se reflectem nos seus desembolsos efectivos.

Figura 2 – APD dos países desenvolvidos, 2000-2010 (Mil milhões de dólares)



Fonte: NU, 2011

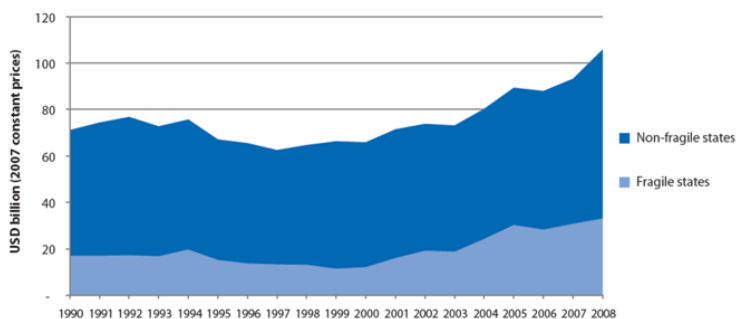
Figura 3 – APD/RNB líquida dos países do CAD/OCDE para os países em desenvolvimento e PMA, 1990-2010 (em %)



Fonte: NU, 2011

Na perspectiva do receptor, os problemas de governação e da situação específica dos Estados frágeis³ tem colocado desafios na apropriação, compromisso e capacidade para usar os recursos postos à sua disposição de forma eficaz. Segundo Riddell (2007: 370), a ajuda funciona melhor em países e governos com fortes compromissos e capacidades para a usar bem, com instituições transparentes e responsáveis, com políticas e estratégias orientadas para a redução da pobreza e com um governo eleito de forma participativa pelos cidadãos. No entanto, o grande desafio é como fornecer ajuda a um país cujo contexto não é o mais favorável, sendo vítima de problemas sistémicos que à partida irão impedir ou limitar a sua eficácia. Desde a década de 90 e particularmente após o 11 de Setembro, verificou-se um debate crescente ao nível internacional sobre as questões da fragilidade e do falhanço do Estado, originando o desenvolvimento de estratégias específicas dos doadores nesta área, dada a possibilidade de difusão da pobreza, de desestabilização regional ou internacional, e da facilidade em caírem em redes criminosas ou terroristas. Apesar desta evolução no campo teórico e político, os países frágeis recebem menos ajuda, os fluxos são mais voláteis (os doadores param e recomeçam a ajuda consoante a situação de fragilidade, normalmente tendem a diminuir a ajuda nos contextos pós-conflito), agem em reacção e não prevenção e a maior parte dos fundos tende a concentrar-se num pequeno número de países, principalmente em países em situação pós-conflito e/ou considerados estrategicamente importantes para a segurança global, enquanto outros ficam “órfãos da ajuda” (Faria, 2007; Osaghae, 2007).

Figura 4 – APD CAD/OCDE para Estados frágeis, 1990 a 2008



Fonte: OCDE (2010), Resource Flows to Fragile and Conflict-Affected States 2010⁴

3 Definição da OCDE: «It is a state with weak capacity to carry out the basic state functions of governing a population and its territory and that lacks the ability or political will to develop mutually constructive and reinforcing relations with society.» Disponível em : http://www.oecd.org/document/40/0,3746,en_21571361_42277499_42283112_1_1_1_1,00.html

4 Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/12/55/45659170.pdf>

2. A Coerência das Políticas de Desenvolvimento

Por sua vez, a globalização e os seus efeitos vêm evidenciando cada vez mais a importância da coerência das políticas para o desenvolvimento, sem a qual a agenda da eficácia da ajuda e da gestão orientada para os resultados não conseguirá por si só garantir o alcance dos ODM e dos resultados esperados ao nível do desenvolvimento global. A temática da CPD começou a ganhar maior reconhecimento internacional nos anos 90, associado à necessidade de harmonização de processos num mundo cada vez mais interdependente, mas também à expansão da agenda internacional para o desenvolvimento. A CID deixou de se limitar à canalização de fluxos financeiros para os países em desenvolvimento tornando-se em relações mais complexas, introduzindo o conceito de parceria global para o desenvolvimento (ODM 8), que implica obrigações recíprocas entre os países ricos e os países pobres com o objectivo de uma distribuição mais equitativa dos benefícios da globalização. Isto não significa que a ajuda se tenha tornando menos importante. Muitos PED continuam a precisar dessa transferência de recursos para a concretização dos ODM. Para isso é essencial que os países ricos cumpram os seus compromissos em aumentar o volume da ajuda, mas também que tomem novas medidas para melhorar o seu desempenho em matéria de eficácia da ajuda. A CPD tornou-se não só num imperativo político, uma forma de chamar à responsabilidade a comunidade internacional por todos os objectivos traçados nas inúmeras conferências mundiais, mas também económico, para evitar o desperdício de recursos escassos. O processo para alcançar a CPD deve garantir que os países doadores ao perseguirem os seus objectivos de política interna tenham em conta, igualmente, as necessidades e interesses dos países em desenvolvimento e não prejudiquem o desenvolvimento e crescimento dos mesmos ou sejam incoerentes com os compromissos de desenvolvimento assumidos internacionalmente. É necessário um maior foco no impacto e eficácia do desenvolvimento.

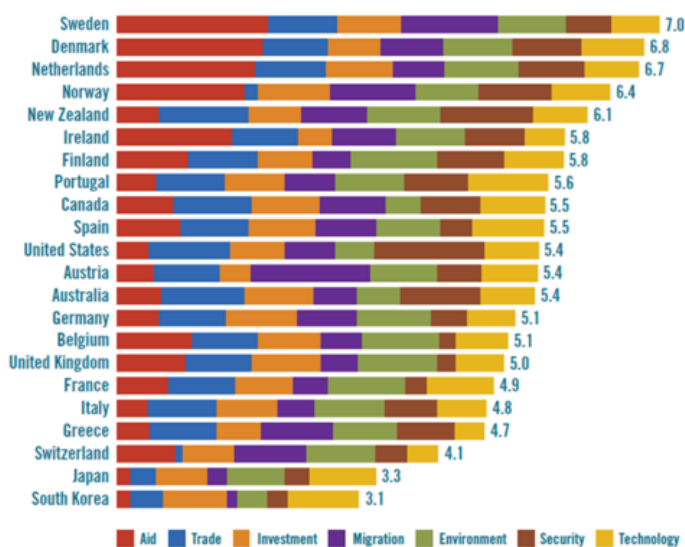
Também a CPD encontra três constrangimentos à sua prática quando aplicado à realidade da actual CID: a) o seu baixo peso político na agenda política nacional e internacional; b) a maioria dos mecanismos de monitorização são informais e, c) a nível institucional, é de salientar que a economia global não é propriamente “amiga” do desenvolvimento. A questão da coerência será sempre uma função de interesses e valores concorrentes e conflituosos, em que a sobreposição de uns interesses em relação aos outros depende do poder dos stakeholders e da sua vontade política, que em algumas áreas podem ser bem mais poderosos que os interesses de desenvolvimento.

Uma das formas de aumentar a atenção para a questão da CPD e analisar os progressos em termos de coerência e eficácia da ajuda é a utilização do Índice de Compromisso com o Desenvolvimento⁵ (CDI), construído pelo Centre for

5 O Commitment to Development Index (CDI) ou Índice de Compromisso com Desenvolvimento é produzido anualmente desde 2003, em parceria com a revista Foreign Policy, e quantifica a importância do impacto de uma série de políticas públicas para a cooperação internacional assumidas por 22 países desenvolvidos. O CDI reconhece que os contributos para a redução da pobreza dos países em desenvolvimento não se limitam à APD e, por isso, avalia, pontua e classifica num ranking o compromisso com o desenvolvimento destes 22 países em sete grandes áreas-chave: APD (em quantidade em relação ao PIB e qualidade), Comércio, Investimento, Migração, Ambiente, Segurança e Tecnologia. Sobre este assunto consultar CGD, disponível

Global Development (CGD). Este é um dos poucos índices que permite analisar o progresso das intenções e actividades em matéria de desenvolvimento dos maiores países doadores. A figura 5 classifica os 22 países do CDI, apresentando a sua pontuação geral composta pela média das pontuações em sete áreas de políticas.⁶ A figura 6 indica a alteração da pontuação geral de cada país, desde o início do CDI, em 2003. A análise deste índice durante os últimos anos leva a concluir que existe: i) uma grande variedade de actividades de desenvolvimento entre os principais doadores, ou seja, não existe coerência entre os doadores; ii) existe pouca coerência em áreas directamente relacionadas com o desenvolvimento, ou seja, existe pouca coerência a nível nacional, e iii) o índice altera muito pouco ao longo do período, o que significa que existe um progresso muito lento ou quase inércia em alcançar uma maior CPD (Picciotto, 2005: 320; Hoeven, 2008: 32).

Figura 5 – Índice de Compromisso com o Desenvolvimento 2010

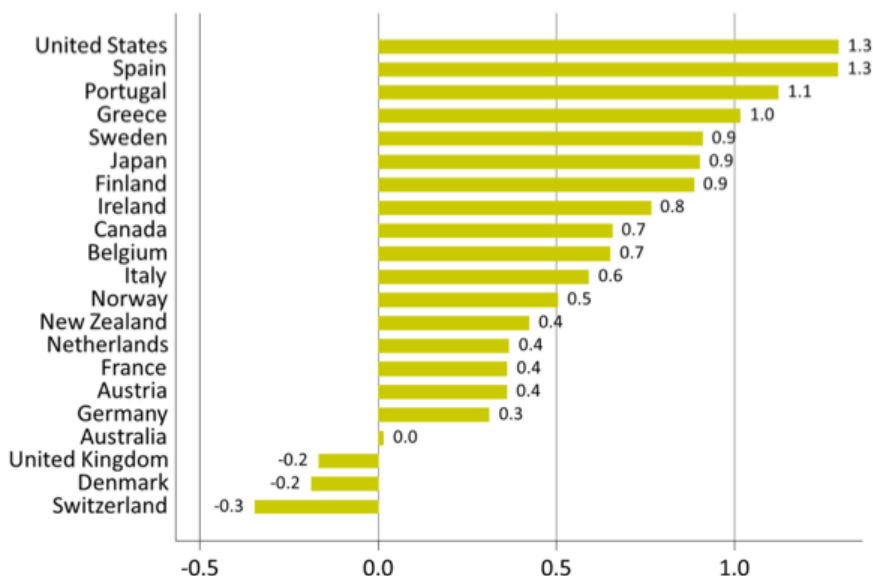


Fonte: CGD (disponível em: http://www.cgdev.org/doc/CDI/2010/2010%20files/CDI_Card_2010-FINAL-web.pdf)

em http://www.cgdev.org/section/initiatives/_active/cdi/ins

6 « Em termos de metodologia, sendo o ICD resultado da média simples de cada uma das sete partes, isto tendo em conta que para atingir essa média se procedeu a uma estandardização de cada um dos sete índices, e que tal estandardização foi feita em consonância com uma escala cuja média é 5, então cada uma das sete dimensões concorre com igual ponderação para o resultado final. » (Damásio, 2011 :17-20)

Figura 6 – Alterações do CDI, 2003-2010



Fonte: CGD (disponível em: http://www.cgdev.org/section/initiatives/_active/cdi/inside)

3. O estado da arte da cooperação portuguesa

Na análise da Cooperação Portuguesa (CP), deparámo-nos com uma orientação estratégica, que intrinsecamente ligada à política externa, privilegia a relação com os países africanos de expressão portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, promove a língua portuguesa e a sua capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais cujos centros de decisão são supranacionais. Sendo um pequeno doador de APD, tem tido vantagens na concentração da sua ajuda nos PALOP, que por coincidência estão concentrados na África-subsaariana e são países menos avançados. Outra característica predominante da APD portuguesa é a sua distribuição, maioritariamente (60%), bilateral e centrada na cooperação técnica, principalmente no sector da educação e capacitação institucional em diversas áreas. Em relação à sua estrutura, esta segue um modelo descentralizado a nível institucional, que envolve diferentes entidades da administração central, local e da sociedade civil, sob coordenação do IPAD. Esta enorme quantidade de actores provoca, também, uma dispersão da ajuda em pequenos projectos/programas por cada país parceiro, o que aumenta os custos de transição da ajuda bilateral.

Segundo a última avaliação do CAD/OCDE à CP, realizada em 2010, o saldo foi muito positivo em relação à concretização das recomendações feitas em 2006. No entanto, a principal crítica feita a Portugal foi em relação ao volume da ajuda, 0,29% APD/RNB em 2010, demonstrando um fraco comprometimento português em relação aos objectivos internacionais. Este vol-

ume de ajuda é, igualmente, expressão do baixo peso político que a política de cooperação tem no seio das políticas públicas. Alterar esta situação requer um maior empenho na criação de uma estratégia de comunicação eficaz com vista à divulgação de informação sobre o trabalho realizado em matéria de cooperação, tanto junto da opinião pública e dos decisores políticos como dos meios de comunicação social.

Portugal assumiu a promoção dos compromissos internacionais em matéria de ODM, eficácia e coerência na sua “Visão Estratégica”. No entanto, o contexto português em termos de cooperação para o desenvolvimento apresenta necessidades identificadas neste trabalho. Estes novos desafios da cooperação requerem estratégias abrangentes e multidimensionais, que englobem uma combinação de diversos instrumentos e que assegurem uma coordenação eficaz entre os diversos actores da cooperação portuguesa. A constituição da CIC, para a coordenação entre Ministérios, e do Fórum da Cooperação, para a concertação entre agentes públicos e privados da cooperação, foram passos importantes no sentido de um maior diálogo, envolvimento e troca de informação entre a sociedade civil e o Estado. Contudo, esta coordenação de actores e complementaridade de políticas é um processo longo e em progresso. A aprovação da primeira lei sobre CPD fez um grande avanço nesse sentido, mas o grande desafio para Portugal será a sua implementação, podendo tornar-se um exemplo a seguir nesta matéria.

Contudo, e apesar dos progressos feitos, verificam-se uma série de constrangimentos que impedem que o sistema português ponha efectivamente em prática uma lógica de CPD: i) dispersão institucional e de recursos significativa, o que torna a coordenação um mecanismo ainda mais necessário para garantir a eficácia e a eficiência da cooperação portuguesa; ii) não existência de um orçamento unificado para a cooperação assente em objectivos e programas, e iii) falta de informação e comunicação entre os diferentes actores da cooperação, sobre as políticas de desenvolvimento em geral, e a CPD em particular. Esta falta de informação existe, tanto em Portugal como noutros países europeus, o que confere à política de Cooperação para o Desenvolvimento um “baixo peso político” em relação às outras políticas públicas (Ferreira, 2011: 3).

Segundo o CDI, Portugal ocupava em 2010 a 8ª posição em matéria de compromisso para o desenvolvimento, sendo dos países que mais progressos fez desde 2003 (Figura 5 e 6). Na componente de tecnologia Portugal destaca-se em primeiro lugar em relação aos outros países devido a políticas internas de apoio à inovação e à difusão de avanços tecnológicos no estrangeiro. Contudo, Portugal presta auxílio a uma pequena quota de refugiados durante emergências humanitárias (componente emigração) e contribui com uma quota muito pequena do seu rendimento para a ajuda ao estrangeiro, reduzindo a sua pontuação no CDI: baixo volume líquido de ajuda em relação ao RNB, pequeno número de doações de beneficências privadas tributáveis à política fiscal e uma grande proliferação de projectos, na sua maioria de pequena dimensão.

Analisando os dados disponíveis relativos ao planeamento, orçamentação e execução da APD e tendo em conta o presente contexto de crise económica,

os desafios colocados à CP são vários: o aumento do volume da ajuda para alcançar os compromissos internacionais e nacionais em matéria de quantidade e qualidade da ajuda, o aumento do consenso nacional em matéria de APD, ou seja, do seu peso político no seio das restantes políticas públicas e afirmação do seu valor estratégico, na política externa do novo Governo Constitucional português.

Bibliografia

Afonso, M. Manuela (1995), *Cooperação para o Desenvolvimento: Características, Evolução e Perspectivas Futuras*, CIDAC, Lisboa.

Afonso, M. Manuela (2002), *Cooperação para o Desenvolvimento: percurso histórico*, Fórum DC, Abril-Junho.

Afonso, M. Manuela e Fernandes, Ana Paula (2005), *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, IMVF e Oikos, Lisboa.

Ashoff, Guido (2005), *Enhancing policy coherence for development: justification, recognition and approaches to achievement*, German Development Institute (DIE). Disponível em: [http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/\(ynDK_contentByKey\)/ENTR-7BMHCF/\\$FILE/Studies%2011.pdf](http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/(ynDK_contentByKey)/ENTR-7BMHCF/$FILE/Studies%2011.pdf).

Banco Mundial (2008), *Global Monitoring Report 2008, MDGs and the Environment: Agenda for Inclusive and Sustainable Development*. Washington. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTGLOMONREP2008/Resources/4737994-1207342962709/8944_Web_PDF.pdf.

Bourguignon, François e Sundberg, Mark (2007), “Aid Effectiveness: Opening the Black Box”, *The American Economic Review*, Vol. 97, n. 2 (Maio), pp. 316-321.

Carbone, Maurizio (2008), “Mission Impossible: The European Union and the Policy Coherence for Development”, *Journal of European Integration*, Vol. 30, n.3, pp. 323-342. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07036330802144992>

Clemens, Michael A., et al (2004), *The trouble with the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success*, Center for Global Development, Working Paper nº 40 (Maio). Disponível em: <http://www.cgdev.org/content/publications/detail/2749/>.

Cravinho, João (2002), *Visões do Mundo, As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, ICS, Lisboa.

Damáσιο, Bruno e Mah, Luís (2011), Das limitações do PIB enquanto indicador às necessidades de medição dos níveis de Desenvolvimento, *Colecção Documentos de Trabalho* nº 89, CEsa, Lisboa. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP89.pdf.

Degnbol-Martinussen, J. e Engberg-Pedersen, P. (2003), *Aid. Understanding International development cooperation*, Nova Iorque, Zed Books.

DFID - Department for International Development (2005), “Why we need to work more effectively in fragile states”, Reino Unido. Disponível em: http://www.jica.go.jp/cdstudy/library/pdf/20071101_11.pdf.

Faria, Fernanda e Ferreira, Patrícia Magalhães (2007), *Situações de Fragilidade. Desafios a uma Estratégia de Resposta Europeia*, ECDPM e IEEI.

Ferreira, Patrícia Magalhães (2011), *A Coerência de Políticas para o Desenvolvimento em Portugal, Apresentação no âmbito da Sessão Pública - Coerência das Políticas o Desafio do Desenvolvimento*, Auditório da Assembleia da República, 19 de Janeiro. Disponível em: http://www.coerencia.pt/_files/CPDPatriciaMagalhaesFerreira.pdf.

Fukuda-Parr, Sakiko (2003), *The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas On Capabilities*, Feminist Economics, Taylor and Francis Journals, Vol. 9(2-3), pp. 301-317.

Gore, Charles (2000), “The rise and fall of the Washington Consensus as a Paradigm for Developing Countries”, *World Development*, vol. 28, nº5, pp. 789-804, Elsevier. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTDECINEQ/Resources/gore.pdf>.

Herfkens, Eveline e Bains, Mandeep (2008), *Reaching Our Development Goals: Why Does Aid Effectiveness Matter?*, OCDE, NU e UN Millenium Campaign. Disponível em: <http://www.endpoverty2015.org/files/Aid%20eff%20Eng%20web.pdf>.

Hoebink, Paul (2010), “Some Recent Developments in European International and Development Cooperation”. In: Hoebink, Paul, *European Development Cooperation – In Between the local and the Global*, Amsterdam University Press, pp. 25-46.

Hoeven, Rolph van der (2010), “Policy Coherence: The Newest Fad in the International Discourse?”. In: Hoebink, Paul, *European Development Cooperation – In Between the local and the Global*, Amsterdam University Press, pp. 25-46.

Hulme, David (2010), *Global Poverty. How global governance is failing the poor*, Routledge, Nova Iorque.

IPAD (2004), *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de Portugal 2004*. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/ObjectivosDesenvolvimentoMilenio/Documents/mdgs-Objectivos-2004.pdf>

_____(2006a), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Disponível online em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EstrategiaCooperacao/Documents/Visao_Estrategica_editado.pdf.

____ (2006b) *Estratégia da Cooperação Portuguesa – Operacionalização*. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/EstrategiaCooperacaoPortuguesa/Documents/OperacioEstrategia.pdf>.

____ (2006c), *Plano de acção de Portugal para a Eficácia da Ajuda*, Lisboa. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/planoeficaciaajuda.pdf>.

____ (2006d), *Novas Linhas de Orientação para os Programas Indicativos de Cooperação (PIC)*. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ProgramaIndicativoCooperacao/Documents/linhas%20orientacao%20pic.pdf>.

____ (2008), *Relatório de Progresso 2008 – Eficácia da Ajuda*. Disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Rel_Eficacia_Ajuda_Jul2008.pdf.

____ (2009a), *Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral*. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoEuropeiaMultilateral/estrategiamultilateral/Documents/EstrategiaMultilateral.pdf>.

____ (2009b), *Contribuição de Portugal para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de 2009*. Disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/ObjectivosDesenvolvimentoMilenio/Documents/RelatorioODM_final,%202009.pdf.

____ (2010), *Memorando da Cooperação Portuguesa de 2010*. Disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Memorandos%20da%20Cooperacao%20Portuguesa/Documents/Memorando_2010_Final.pdf.

____ (2011), *Cooperação Portuguesa – uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento, 1996-2010*, edição IPAD, I.P., Lisboa. Disponível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EdicoesProprias/Estudos/Documents/relat_IPAD_total.pdf.

Mackie, J., Erlandsson, S., Jerosch, F., Koeb, E., and Andrea Pettitt (2008), *Coerência e Eficácia: Os Desafios das Relações UE-ACP em 2008* (ECDPM InBrief 20pt). Maastricht: ECDPM. Disponível em: [http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/8B8C314114ED2424C12574180058696D/\\$FILE/InBrief%2020%20PT-challenges%202008.pdf](http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/8B8C314114ED2424C12574180058696D/$FILE/InBrief%2020%20PT-challenges%202008.pdf).

Mackie, J., Klavert, H. and F. Aggad (2011), *Restabelecer a Confiança. Desafios para as Relações ACP-UE em 2011 (Policy and Management Insights 2)*. Maastricht: ECDPM. Disponível em: [http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/178EB47924D5FAB1C125785C002BF26D/\\$FILE/11-PMI02_challenges_pt-final.pdf](http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/178EB47924D5FAB1C125785C002BF26D/$FILE/11-PMI02_challenges_pt-final.pdf).

Maxwell, S. (2005), *The Washington Consensus is dead! Long live the me-*

ta-narrative!, working paper 243, Londres: Overseas Development Institute.

Mesquita, Ana Guedes (2005), *A Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento*, CEsA, Documentos de Trabalho, n.º 67, pp. 1-18.

Monteiro, Ramiro Ladeiro (2001), *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2º ed., ISCSP, Lisboa.

MNE (2011), Discurso do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, no âmbito da Sessão Pública de Apresentação dos Exame dos Pares à Cooperação Portuguesa, Auditório da Assembleia da República, 19 de Janeiro de 2011.

OCDE (1992), *Dac High-Level Meeting Reviews Role Of Development Co-Operation*, Paris. Disponível em: [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=SG/PRESS\(91\)72&docLanguage=bi](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=SG/PRESS(91)72&docLanguage=bi).

_____(1996), *Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Co-operation*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/23/35/2508761.pdf>.

_____(2001), *The DAC Guidelines on Poverty Reduction*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/47/14/2672735.pdf>.

_____(2003a), *A Development Co-Operation Lens On Terrorism Prevention: Key Entry Points For Action; A Development Co-Operation Lens On Terrorism Prevention Key Entry Points for Action*. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/17/4/16085708.pdf>.

_____(2003b), *Policy coherence: Vital for global development*, Policy Brief. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/11/35/20202515.pdf>.

_____(2006), *Peer Review Portugal 2006*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/2/12/36780494.pdf>.

_____(2008a), *Paris Declaration on Aid Effectiveness and The Accra Agenda for Action*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/11/41/34428351.pdf>.

_____(2008b) *2008 Survey on Monitoring the Paris Declaration - Making Aid More Effective by 2010*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/58/41/41202121.pdf>.

_____(2008c), *Policy coherence for development – Lessons learned*, Policy Brief. Disponível em: http://www.un.org/en/ecosoc/newfunct/pdf/hls_finland-

policy_coherence%28oecd%29.pdf.

_____(2008d) *OCDE Ministerial Declaration On Policy Coherence For Development*, Paris. Disponível em: [http://www.oecd.org/officialdocuments/displaydocumentpdf?cote=c/min\(2008\)2/final&doclanguage=en](http://www.oecd.org/officialdocuments/displaydocumentpdf?cote=c/min(2008)2/final&doclanguage=en).

_____(2009a), *Development Co-operation Report 2009*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/fulltext/4309011e.pdf?expires=1316108180&id=id&acname=guest&checksum=E53A50DB71F685827843458FEBEAD77B>.

_____(2009b), *Building Blocks for Policy Coherence for Development*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/14/53/44704030.pdf>.

_____(2010a) *Policy coherence for development in a changing world*, Meeting of the National Focal Points for Policy coherence for development, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/58/46/46254550.pdf>.

_____(2010b) *Peer Review Portugal 2010*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/33/19/46552896.pdf>.

_____(2011), *Better Policies for Development - Report on the DevGoals Exercise*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/11/35/48189497.pdf>.

_____(2011), *Better Policies for Development - Recommendations for Policy Coherence*, Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/6/57/48110465.pdf>.

Oppenheimer, Jochen e Carvalho, Luís F. *Desenvolvimento económico e democracia política no contexto do ajustamento estrutural em África*, CESA, Lisboa, 1998.

Osaghae, Eghosa E. (2007), “Fragile States”, *Development in Practice*, Vol. 17, N. 4-5, Routledge.

Pedersen, Lars Engberg (2009), The Future os Danish Foreign Aid: the Best of the Second-best? in *Danish Foreign Policy Yearbook 2009*, Copenhagen, Danish Institute for International Studies (DIIS).

Picciotto, Robert (2005), “The Evaluation of Policy Coherence for Development”, *Evaluation*, Vol. 11(3), pp. 311-330. Disponível em: http://www.stes-apes.med.ulg.ac.be/Documents_electroniques/EVA/EVA-PROG/ELE%20EVA-PROG%207289.pdf.

Radelet, Steven (2004), *Aid Effectiveness and the Millennium Development Goals*, Center for Global Development, Working Paper n° 39 (Abril). Disponível em: <http://www.cgdev.org/content/publications/detail/2750/>.

Renard, R. (2006), *The cracks in the New Aid Paradigm*, Institute of Development Policy and Management, University of Antwerp, Antuérpia. Disponível em: <http://www.ua.ac.be/objs/00152977.pdf>.

Riddell, Roger C.(2007), *Does Foreign Aid Really Work*, Oxford, Oxford University Press.

Rodrigues, Elisabete Proença e Palma, Cortes (2006), *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa - Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Coleção Biblioteca Diplomática, MNE - Biblioteca diplomática, Lisboa.

Sangreman, Carlos, (2003), *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986-2001*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

_____(2009), *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*, CEsa e ACEP, Lisboa.

Stiglitz, J. (1998a), *Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes*, Prebish lecture, UNCTAD, Geneva, pp. 1- 46.

_____(1998b), *More instruments and broader goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*, World Institute for Development Economics Research of the United Nations University (UNU-WIDER), WIDER Annual Lecture Volume: 2.

UE (2006a), *Do Tratado Da União Europeia e do Tratado Que Institui A Comunidade Europeia*, Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:321E:0001:0331:PT:PDF>.

_____(2006b), *The European Consensus On Development*, Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/european_consensus_2005_en.pdf.

_____(2007a), *Tratado de Lisboa*, Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ%3AC%3A2007%3A306%3ASOM%3APT%3AHTML>.

_____(2007b), *Código de Conduta da UE em matéria de divisão das tarefas na política de Desenvolvimento*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0072:FIN:PT:PDF>.

____ (2007c), *EU Report on Policy Coherence for Development*. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/Publication_Coherence_DEF_en.pdf

____ (2009a), *EU 2009 Report On Policy Coherence For Development*. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/SEC_PDF_2009_1137_F_ACTE_PCD_EN.pdf.

____ (2009b), *Policy Coherence for Development - Establishing the policy framework for a whole-of-the-Union approach*, Comissão da CE, Bruxelas. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/COM_2009_458_part1_en.pdf.

____ (2010) *Policy Coherence for Development Work Programme 2010-2013*, Comissão Europeia, Bruxelas. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/SEC_2010_0421_COM_2010_0159_EN.PDF.

UN (2000), *Declaração do Milénio*, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.

____ (2003), *Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development*, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf>.

____ (2010a), *World Economic and Social Survey 2010 - Retooling Global Development*, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.un.org/esa/policy/wess/wess2010files/wess2010.pdf>.

____ (2010b), *Keeping the promise: a forward-looking review to promote an agreed action agenda to achieve the Millennium Development Goals by 2015*, Nova Iorque.

____ (2010c), *Millennium Development Goal 8 - The Global Partnership for Development at a Critical Juncture*, MDG Gap Task Force Report 2010, Nova Iorque. Disponível em: http://www.un.org/esa/policy/mdggap/mdg-gap2010/mdg8report2010_engw.pdf.

____ (2011), *The Millennium Development Goals Report 2011*, Nova Iorque. Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/11_MDG%20Report_EN.pdf.